



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

**Registro: 2021.0000159823**

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Habeas Corpus Criminal nº 2025527-85.2021.8.26.0000, da Comarca de Juquiá, em que é impetrante KAROLYNY ALBERTINA SILVA OLIVEIRA e Paciente RODRIGO DE BRITO DE LIMA.

**ACORDAM**, em sessão permanente e virtual da 6ª Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Denegaram a ordem. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores FARTO SALLES (Presidente) E EDUARDO ABDALLA.

São Paulo, 5 de março de 2021.

**ZORZI ROCHA**

**Relator**

Assinatura Eletrônica



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

**6ª CÂMARA DE DIREITO CRIMINAL**

**Habeas Corpus nº:** 2025527-85.2021.8.26.0000

**Impetrante:** KAROLYNY ALBERTINA SILVA OLIVEIRA

**Paciente:** RODRIGO BRITO DE LIMA

**Impetrado:** JUIZ DE DIREITO DO PLANTÃO JUDICIÁRIO DA 21ª  
CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA - COMARCA DE REGISTRO

**Voto nº 23.881**

Habeas Corpus. Crimes de tráfico de drogas, e de corrupção ativa. Liberdade provisória. Impossibilidade. Requisitos autorizadores da segregação cautelar presentes. Prisão domiciliar. Impossibilidade. Requisitos legais não preenchidos. Constrangimento ilegal não configurado. Ordem denegada.

Trata-se de ***habeas corpus*** impetrado em favor do Paciente alegando-se, em síntese, que foi preso em flagrante pela prática do crime de tráfico de drogas. Alega sofrer constrangimento ilegal por parte da Autoridade Coatora em razão de decisão, carecedora de fundamentação idônea, que converteu a prisão em flagrante em prisão preventiva, sem indicação de motivo concreto a justificar a segregação do Paciente, pautada a prisão cautelar tão somente na gravidade em abstrato do crime. Alega também



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

que: 1. ocorreu irregularidade processual pela não realização de audiência de custódia; 2. o Paciente possui bons antecedentes, de forma que as hipóteses da prisão preventiva não são incidentes; 3. o Paciente não apresenta periculosidade de forma a justificar a prisão cautelar; 4. a prisão deve ser medida excepcional, enquanto que a liberdade deve ser a regra; 5. a manutenção da prisão cautelar viola o princípio da presunção de inocência e não pode ser utilizada como antecipação de pena. Pede a concessão da Ordem, também em liminar, para que seja concedida ao Paciente a liberdade provisória, e subsidiariamente, a concessão de prisão domiciliar (fls.01/07). Vieram documentos (fls.08/134).

Negada a medida liminar (fls.136/138), foram dispensadas informações à Autoridade Coatora a qual, contudo, foi cientificada da Impetração (fls.139).

A Procuradoria Geral de Justiça manifestou-se pela denegação da Ordem (fls.143/149).

**É o relatório.**

A Ordem deve ser denegada.

Isto porque: 1. o Paciente foi



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

preso em flagrante e denunciado como incurso no artigo 33, "caput", da Lei nº 11.343/06, e no artigo 333, "caput", do Código Penal, porque, de acordo com a situação fática: **a.** "trazia consigo, para fins de tráfico, comércio e fornecimento a terceiros, 14 (quatorze) porções de *Cannabis sativa* L, popularmente conhecida como "maconha", com peso aproximado de 42,89 gramas,<sup>126</sup> (cento e vinte e seis) cápsulas plásticas contendo cocaína, com peso aproximado de 76,57 gramas, e 41 (quarenta e uma) pedras de "crack", com peso aproximado de 10,18 gramas, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar"; **b.** nas mesmas circunstâncias de local, "ofereceu vantagem indevida a funcionário público, para determiná-lo a omitir ato de ofício"; **2.** o auto de prisão em flagrante (fls.14) se encontra em termos regulares, e a prisão do Paciente foi efetivamente comunicada ao Magistrado responsável, não se falando, portanto, em nulidade devido à não realização da audiência de custódia; **3.** por outro lado, registre-se ainda que a não realização da audiência de custódia, em caráter excepcional, em decorrência da pandemia de COVID-19, tem respaldo no artigo 8º, "caput", da Recomendação nº 62 do Conselho Nacional de Justiça, e não acarretou qualquer



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

prejuízo ao Paciente ou à sua Defesa, pois a conversão da prisão em flagrante em prisão preventiva se deu de forma fundamentada; 4. no mais, o crime de tráfico de drogas é crime equiparado a hediondo, e, posto que permita o sistema legal, em tese, a concessão do benefício da soltura, deve ele se restringir às hipóteses excepcionais e quando demonstrados, com suficiência, seus requisitos; 5. a liberdade, após a prática de um fato considerado crime – e neste caso, são dois crimes –, não é um direito objetivo e imediato, mas uma garantia constitucional a todo cidadão, desde que comprovado o preenchimento dos requisitos legais impostos – o que não é o caso; 6. assim já decidiu o Supremo Tribunal Federal (HC nº 118.345-SC, Rel. Min. Teori Zavascki, 2ª T., j. em 25.02.2014): “HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. PRISÃO PREVENTIVA. TRÁFICO DE DROGAS. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. GRAVIDADE CONCRETA DO DELITO. QUANTIDADE E VARIEDADE DE DROGAS APREENDIDAS. RECEIO DE REITERAÇÃO. PACIENTE REINCIDENTE ESPECÍFICO. ORDEM DENEGADA. 1. Os fundamentos utilizados revelam-se idôneos para manter a segregação cautelar do paciente, na linha de precedentes desta Corte. É que a decisão aponta de maneira concreta a necessidade de garantir a ordem pública, ante a gravidade concreta do delito, dada a variedade e quantidade de droga apreendida, bem como o fundando receio de reiteração delitiva, já que o paciente é reincidente específico. 2. Ordem denegada”; 7. não é outro o entendimento desta



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Câmara (HC n° 2004086-24.2016.8.26.0000, rel. Des. Ricardo Tucunduva, j. em 28.04.2016): “No mais, andou bem o Magistrado ao decretar a prisão preventiva de **OLIVEIRA**, calcando a sua decisão em três dos pressupostos referidos pelo artigo 312 do Estatuto de Rito (garantia da ordem pública, para conveniência da instrução criminal e para a aplicação de lei penal), não só porque a Lei de Tóxicos veda a concessão da liberdade provisória àqueles que são acusados da prática de tráfico de drogas, mas porque, se a Constituição proíbe a concessão de liberdade **com fiança** para certos crimes - dentre eles o tráfico de drogas -, constitui verdadeiro absurdo a concessão de liberdade provisória **sem fiança** para esses mesmos delitos. Assim, perdem relevo as propaladas condições pessoais de **OLIVEIRA**, que, no entender dos impetrantes, faria jus à liberdade, e entendendo insuficientes, no caso, quaisquer das outras medidas cautelares, que não a prisão, agora previstas pelo Estatuto de Rito. Quanto à inconstitucionalidade do artigo 44, da Lei n° 11.343/06, não se desconhece que, há tempos, o Colendo Supremo Tribunal Federal acolheu, por estreita maioria de votos, num determinado caso concreto, essa tese. Contudo, para se colocar uma pá de cal sobre a questão, basta recordar a lição do grande JOÃO MENDES JR., no sentido de que **o Juiz deve julgar pela Lei, não pelo julgado**. E, ao revés do que sustentam os postulantes, a decisão que decretou a prisão preventiva do paciente encontra-se convenientemente fundamentada, como se constata da sua simples leitura (fls. 44/45)”; **8.** além disso, a decisão que converteu a prisão em flagrante em prisão preventiva (fls.15/21), está fundamentada em termos regulares, não merecendo qualquer reparo, destacado que “*Os maus antecedentes são idôneos para apontar o risco de reiteração delitiva* (autos n° 0002589-38.2007.8.26.0157 e 0005259-



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

92.2013.8.26.0495). Ademais, a quantidade de entorpecentes apreendidos em seu poder não pode ser considerada irrelevante. Evidencia-se, ainda a diversidade e letalidade das substâncias, que denotam maior periculosidade social da conduta que lhe é imputada"; 9. a prisão preventiva foi mantida em decisão devidamente fundamentada (fls.153 dos autos originais, datada de 12.01.2021); 10. é mais do que cediço que a prisão preventiva não fere a presunção de inocência; 11. seria exame de futurologia falar-se agora em benefícios ao Paciente (v.g.: aplicação do redutor especial do § 4º do artigo 33 da Lei de Drogas; fixação de regime aberto para crime hediondo; substituição da pena privativa de liberdade por penas restritivas de direitos, institutos, aliás, de cabimento questionável nos crimes de tráfico de drogas), o que só será possível no momento da prolação da sentença; 12. não se há também de falar em desproporcionalidade da manutenção da prisão em vista de possíveis benefícios da fixação final da pena, como já afirmou o Superior Tribunal de Justiça (Recurso em Habeas Corpus nº 102.289-MG, rel. Min. Joel Ilan Paciornik, 5ª T., j. em 09.10.2018): "5. Não há falar em desproporcionalidade entre o decreto prisional preventivo e eventual condenação, tendo em vista ser inadmissível, em recurso ordinário em habeas corpus a antecipação da quantidade de pena que eventualmente poderá ser imposta, menos ainda se iniciará o cumprimento da



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

reprimenda em regime diverso do fechado"; **13.** por fim, a situação fática do Paciente não se enquadra em nenhuma das hipóteses previstas no artigo 318 do Código de Processo Penal e que poderiam ensejar a concessão da prisão domiciliar, registrando-se especialmente que a simples alegação de possuir filho menor não permite, por si só, a concessão da benesse; **14.** e mais, a decisão que indeferiu o pedido de concessão da prisão domiciliar (fls.79/80), está fundamentada em termos regulares, não merecendo qualquer reparo, destacado que não houve demonstração de que o Paciente seja o único responsável pelos cuidados do menor de 12 (doze) anos, *"eis que a criança encontra sob os cuidados da genitora, de modo que sua situação não se amolda às condições estabelecidas pelo STF, em julgado ao Habeas Corpus nº 165.704/DF"*; **15.** no mais, qualquer outra digressão fática que se pretenda fazer, é invadir a seara de cognição fática, providência inviável nesta Sede Especial e Restrita.

Ante o exposto, denega-se a Ordem.

**ZORZI ROCHA**  
**RELATOR**